

## **1 – Carta de Caxias**

Carta de Caxias do Sul 31 de agosto de 1996

### **Conselhos Regionais de Desenvolvimento**

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento foram criados com os objetivos de descentralização política, econômica e da integração regional. Por estes princípios espera-se alcançar o desenvolvimento político, econômico, social, cultural e a transformação da sociedade, através do processo democrático da participação regional.

As instituições, organizações e lideranças regionais, percebendo a importância da proposta dos Conselhos, organizaram-se, levantaram necessidades, estabeleceram prioridades regionais, **dispuseram-se a pensar regionalmente e transformaram a democracia participativa em um componente do processo de planejamento estratégico**, apostando ser esse o caminho da retomada de desenvolvimento do Estado.

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento estão conscientes de que seu papel é especialmente relevante no momento atual em que as relações entre os governos e a sociedade civil passam por um processo de redefinição radical. Nesse contexto, a ação de instituições como os COREDES torna-se fundamental para a renovação da administração pública na medida em que elas aproximam a comunidade das estruturas do Estado tradicionalmente impessoais e distantes dos cidadãos.

Embora incipiente a caminhada dos Conselhos, pode-se constatar como resultados positivos os seguintes aspectos:

- constituíram-se num **Fórum de debate de questões regionais**;
- está em **construção uma nova consciência regional** e uma percepção da sociedade;
- está em formação a consciência da **identidade regional**;
- iniciou um processo de **conhecimento mútuo** e um **trabalho conjunto para problemas comuns**;
- estão gerando um salto de qualidade no processo de **planejamento do desenvolvimento regional**;
- começa a existir uma aceitação da idéia e atuação dos Conselhos por parte dos poderes constituídos;

- criou-se um **novo espaço político de caráter público**;
- a geração de nova relação entre Estado e sociedade civil e construção da cidadania.

Apesar do esforço das comunidades regionais que dedicam tempo, recursos e inteligência a esta nova filosofia existem alguns pontos de estrangulamento que devem ser superados, tais como:

- **demasiada dependência** de recursos do Estado para ações regionais;
- a **cultura da dependência** e a espera por ações do Estado;
- pouca integração política com a Assembléia Legislativa e com os demais órgãos de administração do Estado;
- **excessivo provincianismo e bairrismos** locais e regionais;
- **falta de divulgação** e de compreensão do papel dos Conselhos junto à e por parte da sociedade;
- falta de recursos para a manutenção dos Conselhos;
- excessiva vinculação das ações regionais aos órgãos públicos e entidades privadas;
- ainda falta compreensão de que os Conselhos são parceiros na construção do desenvolvimento;
- rotatividade de lideranças e não comprometimento com as questões traçadas como regionais;
- o **não atendimento das prioridades e pleitos** gera constrangimento aos Conselhos;
- **falta do chamamento dos Conselhos para ações do Governo** do Estado;
- visão localizada e individualizada de lideranças locais e regionais.

Por fim, os Conselhos Regionais, tendo em vista os estrangulamentos identificados, propõem como estratégia de ação o que segue:

- desenvolver um **processo político-pedagógico** para que se efetive a construção da cidadania;
- **adotar a parceria** como pressuposto do desenvolvimento regional e estadual;
- **criar espaço na mídia para divulgação** da concepção dos Conselhos e suas atividades;

- discutir com o Governo do Estado os **grandes projetos de investimento do Estado**;

- **ser parceiros na regionalização do orçamento do Estado**;

- promover a interação intra e inter-regional;

- buscar fontes alternativas para implementação de ações e projetos regionais;

- construir em parceria a proposta e participar na elaboração e acompanhamento na execução do plano de desenvolvimento do Estado;

- implantar o 22º Conselho Regional de Desenvolvimento nos municípios que ainda não estão integrados em Conselho;

- criar o Conselho Estadual de Desenvolvimento.